

- 1- [ATAS](#)
 - 1.1- Reuniões de Comissões
 - 2- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR](#)
 - 3- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
-
-

ATAS

ATA DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL DA 13ª LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, REALIZADA EM UNAÍ, NOS DIAS 18 E 19 DE MAIO DE 1995, DESTINADA A OUVIR O PODER PÚBLICO E A SOCIEDADE ORGANIZADA DA REGIÃO NOROESTE

Às treze horas e quinze minutos do dia dezoito de maio de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem no auditório da Câmara Municipal de Unaí os Deputados Antônio Júlio, Almir Cardoso, Antônio Andrade, Hely Tarquínio, Romeu Queiroz e Raul Lima Neto. O Deputado Antônio Júlio, coordenador, declara aberto o Módulo I da audiência pública e convida para comporem a Mesa os Deputados Almir Cardoso, Antônio Andrade, Hely Tarquínio, Romeu Queiroz e Raul Lima Neto, o Senador Arlindo Porto, o Sr. Adélio Martins Campos, Prefeito Municipal de Unaí, o Vereador José Maria Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Unaí, a Sra. Júnia Maria Barroso Santa Rosa, representante da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN -, o Sr. Luís Carlos Gonçalo Elói, Assessor da Presidência do Tribunal de Justiça para Assuntos Legislativos, e o Sr. Paulo Gileno Novaes, representante do Tribunal de Contas. O coordenador registra, ainda, a presença dos Vereadores Haroldo Valadão, Vice-Presidente, Enes de Menezes, 1º-Secretário, Marisa Costa, 2ª-Secretária, Adelson José, Antônia Zelt, Antônio Tavares, David Martins, Ideltino Alves, José Antônio, José Batista, José Mário, Lírio Denoni, Anésio Machado e Maria Auxiliadora, todos da Câmara Municipal de Unaí; do Sr. João Rodrigues dos Santos Neto, Juiz de Direito da Comarca de Unaí; do Major PM Geraldo Antônio de Oliveira, Comandante da 3ª Cia. Independente da Polícia Militar em Unaí; do Sr. Juarez Cláudio Assunção, representando o Deputado Miguel Martini; da Sra. Maristela Iris da Silva Malheiros, Juíza do Trabalho em Unaí, e dos representantes dos 13 municípios que compõem a macrorregião Noroeste - Arinos, Bonfinópolis de Minas, Buritis, Formoso, Guarda-Mor, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Grande, Paracatu, Presidente Olegário, Riachinho, São Gonçalo do Abaeté e Vazante. O coordenador, Deputado Antônio Júlio, faz pequena introdução citando o resultado das audiências públicas e presta esclarecimentos a respeito da dinâmica dos trabalhos. Em seguida, o coordenador passa a palavra à Sra. Júnia Maria Barroso Santa Rosa, ao Sr. Luís Carlos Gonçalo Elói e ao Sr. Paulo Gileno Novaes, que fazem, cada um por sua vez, exposições a respeito do papel que os órgãos por eles representados exercerão no processo das audiências públicas. Encerradas as explanações, o Deputado Antônio Júlio agradece a participação dos expositores e passa a palavra ao Senador Arlindo Porto, que faz pronunciamento a respeito das audiências públicas regionais. Passa-se, então, à fase de justificação oral das propostas dos municípios. Nesta fase, usam da palavra o Prefeito Municipal Antônio Ferreira de Almeida e a Sra. Divina Marlene Pereira Viana, do Município de Arinos; o Prefeito Municipal Mozart Borges Pereira e o Sr. Orlando Luiz Brandão, do Município de Bonfinópolis de Minas; o Vereador José Pimentel Filho e o Sr. Walter Rogério Goby, do Município de Buritis; os Srs. Joeton Gomes de Ornelas e Manoel Antônio Carvalho Filho, do Município de Formoso; os Srs. Clênio Antônio de Resende e Antônio Arnaldo Luiz Xavier, respectivamente, Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Guarda-Mor; os Srs. Hazenclever Lopes Cançado e Júlio César Fróes Fialho, do Município de João Pinheiro; o Prefeito Municipal Waldir Rodrigues Galvão e o Sr. Sérgio Humberto Moreira, do Município de Lagoa Grande; o Vereador José Donizete Rodrigues, Presidente da Câmara, e o Sr. Valquir Boaventura de Araújo, do Município

de Presidente Olegário; o Prefeito Municipal Manoel Borges de Oliveira e o Sr. Silvano Alves Avelar, do Município de Paracatu; os Srs. Amir Pedro de Melo e Ricardo Barbosa dos Santos, do Município de Vazante; os Srs. João Gualberto Pereira Martins e João de Moraes Pessoa Neto, do Município de Riachinho; os Srs. Antônio Pedro Montezuma Neto e Gilson Souto dos Santos, do Município de São Gonçalo do Abaeté; o Vereador José Maria Mendes, Presidente da Câmara, e o Sr. Adelson Ribeiro da Silva, do Município de Unaí; o Vice-Prefeito Orlando Pedro Marcolino e o Sr. Jovelino Cândido Filho, do Município de Lagamar. Fazem uso da palavra, também, os Deputados Romeu Queiroz, Antônio Andrade, Almir Cardoso, Hely Tarquínio e Raul Lima Neto. Durante a fase de defesa das propostas, o coordenador faz a leitura do Ofício nº 56/95, da Câmara Municipal de Lagoa Grande, assinado por seis Vereadores, inclusive o Presidente e o Vice-Presidente dessa Câmara, informando a respeito da realização da audiência pública municipal naquela cidade. Cumprida a finalidade do Módulo I da audiência pública, o coordenador agradece a presença do Sr. Adélio Martins Campos e do Vereador José Maria Mendes, renova os agradecimentos aos expositores, agradece a presença dos Deputados, das autoridades e do público em geral, convida todos para participarem do Módulo II, que se inicia às 9 horas de sexta-feira, dia 19 de corrente, e encerra os trabalhos. Às 9h15min do dia 19/5/95, o coordenador, Deputado Antônio Júlio, declara abertos os trabalhos do Módulo II da audiência pública e esclarece que a finalidade deste módulo é a eleição das 10 propostas mais significativas para a região, com a entrega do formulário próprio preenchido até às 11h30min, e que as inscrições de candidaturas para disputar uma vaga na Comissão Regional de Representação ficarão abertas até esse mesmo horário. Em seguida, o coordenador deixa os participantes à vontade para que possam discutir entre si suas propostas e colher subsídios para a escolha das 10 propostas prioritárias. Durante a realização deste módulo também é apresentada a proposta escolhida pelo Presidente da Associação Microrregional do Noroeste de Minas - AMNOR -, que abrange os municípios participantes deste evento. A proposta indicada é a ampliação da frota de veículos e equipamentos daquela Associação. O coordenador esclarece que essa proposta será encaminhada, em lista à parte, ao Poder Executivo, não sendo necessária a sua ordenação. Às 11h30min, o coordenador registra o encerramento do prazo para a entrega do formulário preenchido com a indicação das 10 propostas que cada representante julgar mais significativa para a região, assim como o encerramento do prazo para a inscrição de candidatos para concorrerem a uma vaga na Comissão Regional de Representação. Cumprida a finalidade do Módulo II, o coordenador agradece a presença de todos, convida-os para a Plenária Final, que terá início às 13 horas de corrente, e encerra os trabalhos. Às 14h15min do dia 19/5/95, o Presidente da Assembléia, Deputado Agostinho Patrús, declara abertos os trabalhos do Módulo III da audiência pública realizada em Unaí. O Presidente convida para comporem a Mesa o Sr. Amílcar Vianna Martins, Secretário de Estado da Casa Civil, representando o Governador Eduardo Azeredo; o Desembargador Monteiro de Barros, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; o Deputado Antônio Júlio, coordenador político da audiência pública da região Noroeste; o Sr. Adélio Martins Campos, Prefeito Municipal de Unaí, e o Vereador José Maria Mendes, Presidente da Câmara Municipal de Unaí. A Presidência registra a presença dos Deputados Wanderley Ávila, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa; Raul Lima Neto, Líder do PMN na Assembléia Legislativa; Antônio Andrade; Hely Tarquínio e Almir Cardoso. Registra também a presença do Sr. João Rodrigues dos Santos Neto, Juiz de Direito e Diretor Interino do Fórum da Comarca de Unaí; da Sra. Júnia Maria Barroso Santa Rosa, representante da SEPLAN; do Sr. Luiz Carlos Gonçalo Elói, Assessor da Presidência do Tribunal de Justiça para Assuntos Legislativos, e do Sr. Paulo Gileno Novaes, representante do Tribunal de Contas. Em seguida, o Presidente passa a palavra ao Deputado Antônio Júlio, coordenador dos trabalhos. O coordenador divulga o resultado da eleição das 10 propostas prioritárias: Propostas nºs 4, 7, 13, 15, 17, 20, 40, 51, 54 e 56. Em seguida, abre as inscrições para a defesa oral dessas propostas. Usam da palavra o Sr. Francisco Sales Jales, Secretário Municipal da Agricultura de Paracatu, para a defesa da Proposta nº 4; o Sr. Clênio Antônio de Rezende, Prefeito Municipal de Guarda-Mor e Presidente da AMNOR, para defender a Proposta nº 7; o Vereador Amir Pedro de Melo, Presidente da Câmara Municipal de Vazante, para defender a Proposta nº 13; o Sr. Manoel Antônio de Carvalho Filho, de Formoso, para defender a Proposta nº 15; o Sr. Antônio Ferreira de Almeida, Prefeito Municipal de Arinos, para defender a Proposta nº 17; o Vereador José Mário Kazmirczak, de Unaí, para defender a Proposta nº 40; o Sr. Valquir Boaventura de Araújo, Vice-Prefeito de Presidente Olegário, para defender a Proposta nº 51; o Sr. Orlando Luiz Brandão, de Bonfinópolis de Minas, para defender a Proposta nº 54, e o Sr. Orlando Pedro Marcolino, Vice-Prefeito de Lagamar, para defender a Proposta nº 56. Concluída a defesa das propostas, passa-se à fase de votação. Feita a apuração, o coordenador divulga o resultado final: em 1º lugar, com 43 votos, a Proposta nº 54, dos Municípios de Buritis e Bonfinópolis de Minas, que propõe a criação e a instalação de hospital para atender a todos os municípios da

região; em 2º lugar, com 39 votos, a Proposta nº 15, do Município de Formoso, que propõe o asfaltamento da Rodovia MG-400, que liga Formoso a Buritis, numa extensão de 128Km; em 3º lugar, com 38 votos, a Proposta nº 17, do Município de Arinos, que propõe o asfaltamento do trecho Arinos-Bonfinópolis de Minas e do trecho da MG-030 que liga Farofa à divisa de Goiás, permitindo a ligação com Brasília; em 4º lugar, com 34 votos, ficaram empatadas a Proposta nº 40, dos Municípios de Formoso e Unaí, que propõe a criação de uma superintendência regional de ensino em Unaí, e a Proposta nº 4, do Município de Paracatu, que propõe a extensão de eletrificação rural para atendimento ao pequeno e ao miniprodutor da região Noroeste; em 5º lugar, com 33 votos, a Proposta nº 13, do Município de Vazante, que propõe a ligação asfáltica de Vazante a João Pinheiro, passando por Lagoa Grande; em 6º lugar, com 22 votos, a Proposta nº 51, do Município de Presidente Olegário, que propõe o tratamento de esgoto para despoluição da represa que dá acesso ao rio Paranaíba e o asfaltamento das periferias dos distritos e da sede do Município de Presidente Olegário; em 7º lugar, com 17 votos, a Proposta nº 56, do Município de Lagamar, que propõe a construção e o equipamento de hospital municipal em Lagamar; em 8º lugar, com 16 votos, a Proposta nº 7, dos Municípios de Lagamar e Guarda-Mor, que propõe a construção de uma subestação da CEMIG no Município de Guarda-Mor; e em 9º lugar, com 15 votos, a Proposta nº 20, do Município de São Gonçalo do Abaeté, que propõe a abertura e o asfaltamento do trecho da Rodovia MG-060 entre São Gonçalo do Abaeté e Morada Nova de Minas. Encerrado o processo de votação, o coordenador anuncia o resultado da eleição para a Comissão Regional de Representação: votaram 51 participantes; entre os 11 candidatos inscritos, foram eleitos os Srs. Amir Pedro de Melo, do Município de Vazante; Antônio Ferreira de Almeida, do Município de Arinos; Aroldo de Andrade Dayrell, do Município de Paracatu; José Maria Mendes, do Município de Unaí, e Valquir Boaventura de Araújo, do Município de Presidente Olegário. Após os cumprimentos aos eleitos, o coordenador retorna a direção dos trabalhos ao Presidente da Assembléia, Deputado Agostinho Patrús. Com a palavra, fazem seus pronunciamentos o Vereador José Maria Mendes, o Sr. Adélio Martins Campos, o Sr. Amílcar Vianna Martins e o Desembargador Monteiro de Barros. O Presidente faz seu pronunciamento final, manifestando sua alegria pelo excelente trabalho desenvolvido, agradece a acolhida que foi dispensada a todos os participantes desta audiência pelas autoridades e pelo povo de Unaí, manifestando seu especial reconhecimento ao Presidente da Câmara, Vereador José Maria Mendes, e ao Prefeito Municipal, Sr. Adélio Martins Campos. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência dá a audiência pública da região Noroeste por encerrada.

Sala das Audiências Públicas, 19 de maio de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente - Antônio Júlio - Hely Tarquínio - Almir Cardoso - Antônio Andrade - Romeu Queiroz - Raul Lima Neto - Wanderley Ávila.

ATA DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL DA 13ª LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, REALIZADA EM ITABIRA, NOS DIAS 22 E 23 DE MAIO DE 1995, DESTINADA A OUVIR O PODER PÚBLICO E A SOCIEDADE ORGANIZADA DA PARTE DA REGIÃO CENTRAL QUE COMPREENDE AS MICRORREGIÕES DE BELO HORIZONTE E ITABIRA

Módulo I

Presidência do Deputado Sebastião Navarro Vieira

Às treze horas do dia vinte e dois de maio de mil novecentos e noventa e cinco, no auditório da Fundação Carlos Drummond de Andrade, em Itabira, comparecem os Deputados Sebastião Navarro Vieira, Alencar da Silveira Júnior, Álvaro Antônio, Antônio Roberto, Dinis Pinheiro, Durval Ângelo, Ivair Nogueira, Ivo José, João Leite, Marcelo Gonçalves, Mauri Torres, Miguel Martini e Olinto Godinho, com a presença de treze Deputados, o Presidente, Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara aberta a audiência e convida a tomar assento à mesa os Srs. Olímpio Pires Guerra, Prefeito Municipal de Itabira; Afonso Paulo da Graça Reis, Presidente da Câmara Municipal de Itabira; Marcos Pestana, Secretário Adjunto de Planejamento e Coordenação Geral; Luiz Carlos Elói, Assessor da Presidência do Tribunal de Justiça para Assuntos Legislativos; e Paulo Gileno Novaes, representante do Tribunal de Contas. A seguir, o Sr. Presidente profere palavras alusivas ao evento. A seguir, fazem suas exposições os representantes dos Tribunais de Justiça e de Contas e da SEPLAN, respectivamente, primeiro, segundo e terceiro expositores, e o Prefeito de Itabira. Encerrada a 1ª parte do Módulo I, a Presidência esclarece aos participantes como deverão apresentar e justificar as propostas de seu município. Isso posto, fazem uso da palavra os representantes dos Municípios de Alvinópolis, Barão de Cocais, Bela Vista de Minas, Belo Horizonte, Betim, Bom Jesus do Amparo, Caeté, Contagem, Dom Silvério, Esmeraldas, Ferros, Ibirité, Igarapé, Itabira, Itambé do Mato Dentro, João Monlevade, Juatuba, Mateus Leme, Nova Era, Nova União, Passabém, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Sabará, Santa Bárbara, Santa Luzia, Santa Maria do Itabira, São Domingos do Prata, São Gonçalo do Rio Abaixo, São José da Lapa, São José do Goiabal, São Sebastião do Rio Preto, Taquaraçu de Minas e Vespasiano. Ato contínuo, fazem uso da palavra os Srs. Wilson de Souza Vieira, Prefeito de Santa Luzia e Presidente da

Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - GRANBEL -; e Antônio José Cota, Prefeito de Rio Piracicaba e Presidente da Associação Microrregional do Médio Rio Piracicaba - AMEPI -, e a Sra. Maria Inez Gouveia, Presidente da Sub-Seção de Itabira do SIND-UTE. Cumprido o objetivo da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, encerra o Módulo I e convida os participantes para a reunião do Módulo II, amanhã, dia 5, às 9 horas, destinada à votação das dez propostas prioritárias para a região, bem como para a plenária final, também de amanhã, às 13h30min, destinada à discussão e ao ordenamento das dez propostas prioritárias e à eleição da comissão de representação que acompanhará os desdobramentos dos resultados desta audiência pública. Levanta-se a reunião.

Módulo II

Presidência do Deputado Sebastião Navarro Vieira

Às nove horas do dia vinte e três do maio, comparecem os Deputados Sebastião Navarro Vieira, Durval Ângelo, Geraldo Nascimento, Ivair Nogueira, João Leite e Miguel Martini. Com a presença de seis Deputados, o Presidente declara abertos os trabalhos do Módulo II da reunião das comissões permanentes da Assembléia Legislativa, dos Poderes Executivo e Judiciário e do Tribunal de Contas, destinada à realização da 4ª Audiência Pública Regional da 13ª Legislatura. Isso posto, o Sr. Presidente registra a presença do Sr. Cedimar Paulo Santos, representante do Bispo Dom Mário Gurgel, da Diocese de Itabira-Fabriciano. A seguir, a Presidência informa aos participantes que a reunião destina-se a selecionar as dez propostas mais significativas para a região, as quais serão objeto de discussão e votação na plenária final. Esclarece ainda que, no decorrer dos módulos de hoje, os participantes deverão fazer uso do formulário de votação das propostas prioritárias, do formulário para votação da comissão de representação, os quais deverão ser devolvidos à recepção nesta data, até às 11h30min, e do cartão de votação, a ser usado à tarde; o primeiro formulário deve ser devolvido com a indicação de dez números diferentes, vedada a indicação repetida da mesma proposta. Conforme anúncio feito na reunião de ontem, dia 22, o Presidente lembra aos presentes que será eleita hoje a Comissão Regional de Representação, a qual acompanhará os desdobramentos das audiências públicas e será composta por até cinco representantes de cidades diferentes, para garantir maior representatividade. Dessa forma, nenhum município terá mais de um representante na referida Comissão. Os participantes poderão inscrever-se como candidatos a membros dessa Comissão hoje, até às 11h30min, e, até às 13h30min, poderão votar em cinco candidatos. Em seguida, suspende-se a reunião, para entendimentos sobre as propostas a serem indicadas. Reabertos os trabalhos e cumprido o objetivo da reunião, o Presidente agradece a presença de todos e encerra o Módulo II, convidando os participantes para a plenária final, logo mais, às 13h30min, destinada à discussão e ao ordenamento das dez propostas prioritárias e à eleição da comissão de representação que acompanhará os desdobramentos desta audiência pública. Levanta-se a reunião.

Módulo III

Presidência do Deputado Agostinho Patrús

Às treze horas e trinta minutos, comparecem os Deputados Agostinho Patrús, Sebastião Navarro Vieira, Alencar da Silveira Júnior, Bonifácio Mourão, Durval Ângelo, Geraldo Nascimento, Ivair Nogueira, Ivo José, João Leite, Marcelo Gonçalves e Miguel Martini. Com a presença de onze Deputados, o Presidente declara aberto o Módulo III e convida a tomarem assento à mesa o Deputado Sebastião Navarro Vieira, coordenado dos trabalhos, e os Srs. Sílvio Mitre, Secretário de Estado de Educação, representando o Governador do Estado; Paulo Tinoco, 1º-Vice-Presidente do Tribunal de Justiça; Olímpio Pires Guerra, Prefeito Municipal de Itabira; Afonso Paulo da Graça Reis, Presidente da Câmara Municipal de Itabira; Célio de Castro, Vice-Prefeito de Belo Horizonte, representando o Prefeito Municipal; Paulo Gileno Novaes, Assessor da Presidência do Tribunal de Contas, representando o Presidente, Conselheiro Flávio Régis Xavier de Moura e Castro. Ato contínuo, a Presidência passa a palavra ao coordenador dos debates, que comunica aos participantes que foram selecionadas as propostas n.ºs 187 - implantação de distritos industriais integrados nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH -, através da CDI, INDI E PLAMBEL, exceto em Contagem, Betim e Belo Horizonte; 108 - melhoramentos no setor de saneamento básico; 186 - elaboração de projeto integrado de despoluição das macrobacias hidrográficas da RMBH, com solução para o processo de coleta de lixo urbano em usina de tratamento, numa execução integrada entre PLAMBEL, COPASA, Departamento Estadual de Recursos Hídricos - DRHI - e outros, projeto coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento, no Programa de Trabalho Encargos Gerais do Estado; 9 - criação de um programa regional de desenvolvimento agropecuário, incluindo diagnósticos, viabilização de recursos, estímulo à pesquisa e à extensão, integração com a Universidade Federal de Viçosa, inclusão do conteúdo em escolas rurais e assistência ao trabalhador rural; 54 - construção, em Esmeraldas, de uma subestação e extensão da rede elétrica rural e urbana; 32 - criação de unidade da UEMG na região; 164 - duplicação da Rodovia MG-061, que liga Ribeirão das Neves ao

Distrito de Justinópolis, com ligação à BR-040; 136 - construção de um hospital regional, com os equipamentos e servidores necessários; 149 - conclusão das obras da Via Expressa; e 160 - construção de estrada ligando Raposos a Sabará, apresentadas, respectivamente, pelos Municípios de Pedro Leopoldo, Ferros, Contagem, Rio Piracicaba, Esmeraldas, Bom Jesus do Amparo, Ribeirão das Neves, João Monlevade, Betim e Raposos. A coordenação informa, ainda, que foram consideradas indicativas preferenciais as propostas n.ºs 1, de Dom Silvério - dotação orçamentária para a manutenção das APAEs, de creches e asilos; 84, de Belo Horizonte - construção da Via 220 - Avenida dos Navegantes - ligando à Via 700 - ligação Barreiro-Venda Nova; 188 - destinação de percentual de recursos do Fundo de Desenvolvimento Social para Habitação Popular, até a criação do Fundo Estadual de Habitação, com financiamento através do BEMGE para todas as Prefeituras e com recursos provenientes do caixa único do Tesouro Estadual e do FGTS; e 189 - criação, em município da RMBH e da Microrregião de Itabira, de uma escola técnica estadual, com oferta de cursos na área industrial, tais como eletricidade, mecânica, eletrônica, etc. Isso posto, passa-se à apresentação das propostas das associações microrregionais, quando fazem suas exposições os Srs. Wilson de Souza Vieira e Antônio José Cota. A seguir, fazem uso da palavra, para apresentar as propostas selecionadas e priorizadas no Módulo II, os Srs. Carlos Elísio de Oliveira, Geraldo Bitarães, João Braz Martins Perdigão, as Sras. Lúcia Cicarini, Inez Luzia dos Santos, Maria do Carmo Lara, os Srs. Marco Aurélio Loureiro, Juscelino Luiz Ribeiro, José Luiz Peluzzi da Silva e a Sra. Thaís Brina Corrêa Lima, representando, respectivamente, os Municípios de Ferros, Ribeirão das Neves, São Domingos do Prata, Contagem, Bom Jesus do Amparo, Betim, João Monlevade, Pedro Leopoldo, Esmeraldas e Raposos. Ato contínuo, apresentam as propostas indicativas preferenciais o Sr. Rogério Corrêa, a Sra. Irene Oliveira e os Srs. Marcos Vinícius e Afrânio Guimarães Cordeiro, dos Municípios de Belo Horizonte, Mateus Leme, Santa Bárbara e Dom Silvério, respectivamente. A seguir, o Deputado Sebastião Navarro Vieira informa aos participantes que foram eleitos para a comissão de representação que irá acompanhar os desdobramentos desta audiência os Prefeitos Municipais Antônio José Cota, de Rio Piracicaba; Inez Luzia Santos, de Bom Jesus do Amparo; Lincoln Resende Leite, de Ribeirão das Neves; Marco Aurélio Loureiro, de João Monlevade; e Thaís Brina Corrêa Lima, de Raposos. Isso posto, proferem discursos o Vereador Afonso Paulo da Graça Reis, o Prefeito Olímpio Pires Gouveia, o Sr. Paulo Gileno Novaes, o Desembargador Paulo Tinoco, o Secretário de Estado Sílvio Mitre e o Deputado Agostinho Patrús, que, ao final do seu pronunciamento, declara encerrada a 4ª Audiência Pública Regional da 13ª Legislatura da Assembléia Legislativa.

Sala das Audiências Públicas, 23 de maio de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente - Sebastião Navarro Vieira - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Antônio Roberto - Bonifácio Mourão - Dinis Pinheiro - Durval Ângelo - Geraldo Nascimento - Ivair Nogueira - Ivo José - João Leite - Marcelo Gonçalves - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 6/7/95

O Deputado João Batista de Oliveira - Sr. Presidente, caros Deputados, Sras. Deputadas, a propósito do pronunciamento, nesta manhã, do Deputado Anderson Adauto, eu, que também já havia me inscrito para falar sobre o mesmo tema, com pronunciamento até publicado em jornal, não poderia deixar de trazer aqui meu pensamento e fazer repercutir o importante discurso feito pelo colega Anderson Adauto.

Vamos ao texto: "Ao que tudo indica, as duas fábricas que a Volkswagen pretende instalar no Brasil - uma de ônibus e caminhões, outra de motores - não virão mais para Minas Gerais. Desde a última semana, a impressão que se tem é de que nosso Estado está fora da disputa. São Paulo e Rio de Janeiro, no entanto, continuam disputando palmo a palmo as fábricas, superando um ao outro na quantidade e na qualidade de facilidades e benefícios oferecidos à empresa alemã.

O mais recente ponto na luta pelas fábricas foi marcado pelo Rio de Janeiro. Os empresários fluminenses do setor de transporte coletivo, com o apoio - e talvez atendendo a um chamado - do Governador Marcello Alencar, se comprometeram publicamente a só comprar ônibus da Volks caso ela venha a se instalar naquele Estado.

Enquanto se acirra a disputa entre o Rio e São Paulo pelas duas fábricas, Minas, sentindo-se previamente derrotada, recolhe-se, fica em silêncio. Não oferece nada de

significativo para receber esses investimentos de quase US\$1.000.000.000,00. Nosso Governador sequer conclama os empresários mineiros de transporte coletivo a imitarem seus colegas cariocas, oferecendo mercado seguro para a fábrica de ônibus nos primeiros anos de operação.

Parece faltar a Minas e à sua administração profunda compreensão do que essas fábricas significam em termos de desenvolvimento para o Estado e para as regiões onde se instalarem. A verdade é que as fábricas não virão sozinhas. Elas, por si só, garantem a instalação nos seus arredores de um poderoso pólo de componentes, autopeças e serviços. Assim, essas fábricas têm um efeito multiplicador em termos de geração de empregos e de receitas. E isso explica porque a competição por elas fica mais acirrada a cada dia.

Fico atemorizado diante do pensamento de que possa estar faltando ao Governador Eduardo Azeredo determinação e coragem para enfrentar Rio de Janeiro e São Paulo nessa reta final da disputa pelas fábricas da Volkswagen. Prefiro acreditar, ainda, que a timidez e o evidente alijamento de Minas da disputa seja temporário. Que significam apenas um cochilo do Governador. Mas agora, mais do que nunca, é preciso acordar e entrar na briga para valer. Podemos até não trazer as fábricas da Volks. Mas é muito melhor perder no calor da disputa do que, simplesmente, na posição de espectador.

Enfrentando Rio e São Paulo nessa competição, Minas Gerais, no mínimo, estará se credenciando para sediar a fábrica que a Renault pretende instalar no País a partir do próximo ano. E, quem sabe, para sediar também as operações da Chrysler, que anunciou recentemente a intenção de voltar ao mercado brasileiro. Ou quem sabe, ainda, num arroubo de ousadia e obstinação, pleitear, lá no Oriente, a instalação das fábricas japonesas que, neste final de século, são as mais dinâmicas e tecnologicamente mais avançadas montadoras de automóveis do mundo. É tudo uma questão de determinação, de abraçar o espírito de luta tão presente na história de Minas Gerais e do seu povo.

Sr. Presidente, gostaria também de registrar aqui minhas palavras, neste final de semestre e dos primeiros seis meses de Governo Fernando Henrique Cardoso. O Presidente Fernando Henrique Cardoso nega terminantemente que a recessão econômica esteja despontando na linha do horizonte. Quando perguntado, ele desconversa, usando para isso a terminologia própria dos doutores em ciências sociais. Mas, relutante, acaba admitindo que o Brasil vive um período de desaquecimento da atividade econômica.

Os fatos, no entanto, apontam para uma situação muito grave que, queira Deus, não evolua para um quadro semelhante ao vivido hoje pela Argentina. Mais uma vez, o Brasil corre o risco de ser o país vizinho amanhã. O quadro que começa a se desenhar é inquietador: General Motors, Fiat e Ford decidiram dar férias coletivas aos trabalhadores, já que os pátios de suas fábricas e os salões de suas revendas estão abarrotados de veículos; indústrias de eletrodomésticos, como a Gradiente, são obrigadas a promover nacionalmente uma queima de estoque, para escoar produtos relativos a 90 dias de produção; o nível de emprego na indústria caiu 0,41% entre abril e maio; as vendas das indústrias têxteis de Santa Catarina registraram uma queda de 40% nas encomendas em relação ao mês de janeiro; os juros estratosféricos inviabilizam o crédito, coíbem investimentos e provocam retração no movimento do comércio; o Banco Central informa que o número de protestos cresceu 132% e de concordatas, 411%, em relação a maio do ano passado. Os empobrecidos setores médios já começaram a incorporar o cheque especial aos salários. Que dizer, então, da grande maioria da população, os mais pobres? A classe média ainda tem como se virar. Os pobres, esses são condenados novamente a todo tipo de sacrifícios e privações.

A situação só tende a se agravar. O Governo Fernando Henrique Cardoso, repetindo a cruel terapia econômica já aplicada no México e na Argentina, fabrica uma violenta recessão. E não adota as políticas sociais compensatórias, que amenizam o sofrimento dos mais pobres.

O desemprego em massa é uma ameaça real. A Ford-Brasil já prevê demissões na indústria automobilística no 2º semestre. Os fabricantes de borracha avisam que o setor deverá demitir 15.000 trabalhadores a partir de agosto.

No entanto, o Governo Federal finge que não vê e mantém o salário-desemprego tal como está, incapaz de suprir pelo período determinado as necessidades básicas do trabalhador. Tudo o que FHC e sua equipe tem a dizer é que a desindexação é uma ótima para o trabalhador, porque lhe trará ganhos reais. Ainda que nem todos os trabalhadores tenham força e poder de barganha suficiente para sentar à mesa de negociação. O Governo acena hipocritamente com o contrato coletivo de trabalho para breve. Mas será que até lá haverá trabalhadores empregados ainda?

A terapia econômica em curso seria classificada pelo próprio Presidente, nos seus melhores tempos de sociólogo, como aviltante, degradante, enfim, coisa da ultra-direita, um modelo de estabilização que ele mesmo combateu como pesquisador e político, antes de sua rendição incondicional à ortodoxia econômica hoje representada

pelo Consenso de Washington.

Mas o Presidente de hoje, ao contrário do cientista social de ontem, acha muito fácil governar o Brasil, como disse recentemente ao jornal italiano "La República". E ele está coberto de razão. De fato, é muito fácil governar o País com a visão e os métodos de quem sempre esteve no poder, de quem criou este País socialmente tão excludente. Difícil, muito difícil, seria governar se ele estivesse disposto a romper a ordem econômica e social injusta. Se ele, para estabilizar a economia nacional, não precisasse provocar uma recessão de grandes proporções como a que se avizinha. Muito obrigado."

O Deputado Gilmar Machado* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, dois assuntos me trazem a esta tribuna, na tarde de hoje. O primeiro diz respeito ao Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, e o segundo, ao Dia Nacional de Luta dos Funcionários do Banco do Brasil. Tenho certeza de que não é apenas o Dia Nacional de Luta dos Funcionários do Banco do Brasil, mas um dia nacional de luta daqueles que defendem uma instituição tão importante como o Banco do Brasil.

Em primeiro lugar, estamos apresentando um requerimento pedindo à Casa duas questões: o cumprimento do art. 231 da Constituição do Estado, que é o envio, a esta Casa, do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, o qual já foi divulgado pelo Governo do Estado, e que a Assembléia promova, no mês de agosto, um seminário legislativo com representantes da sociedade civil, da comunidade acadêmica e dos demais órgãos do Poder Executivo responsáveis pela implementação desse Plano, para que de fato possamos aprofundar-nos no debate sobre o orçamento anual, que deve ser orientado a partir, evidentemente, dos dados do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado.

Queremos que o Governo envie a esta Casa o Plano. Como estabelece a Constituição Estadual, faz-se necessário que esta Casa se pronuncie a respeito deste, e esperamos contar com o apoio dos parlamentares para que possamos ter o debate. Que se cumpra a Constituição, que este Poder se pronuncie, porque entendemos que não podemos abrir mão dessa prerrogativa, visto que neste 1º semestre, em muitos casos, temos cedido, abrimos mão das nossas prerrogativas constitucionais permitindo que o Executivo legisle e governe por decretos. Entendemos que isso é extremamente prejudicial ao povo mineiro. Solicitamos, para o 2º semestre, um debate muito profundo nesta Casa, a fim de definirmos os rumos do desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, desenvolvimento que deve ser pautado pela descentralização, pela impermeabilização e, ao mesmo tempo, pela valorização dos aspectos regionais da nossa economia. Entendemos, então, que é necessário uma participação ampla da nossa sociedade nesse debate.

O segundo motivo que nos traz a esta tribuna é para que possamos deixar aqui, em nome da Bancada do PT e da Frente, a nossa insatisfação e a nossa revolta diante do desmonte que hoje é praticado contra o Banco do Brasil. Está confirmado o fechamento, amanhã, de 14 agências dessa instituição no nosso Estado. São elas as agências de Ataléia, Medina, Simonésia, Paraguaçu, Capitólio, Cláudio, Muriatã, Baependi, Pavão, Agência Nossa Senhora da Abadia, em Uberaba; Agência Avenida Brasil, em Patos de Minas; Agência Tiradentes, em Contagem, e Agência Marechal, em Poços de Caldas.

Queremos deixar registrado aqui o nosso protesto contra o pânico que se cria, hoje, no Banco do Brasil, uma instituição que tem caráter social, tem cumprido muito bem esse caráter em todo o País, por ser público, e tem garantido o crédito agrícola e o apoio às atividades sociais. Vem cumprindo isso ao longo dos anos. Lamentavelmente, o Governo Fernando Henrique quer desmontar uma instituição que foi construída no decorrer da história, uma instituição que é modelo de Banco eficiente e que tem sido extremamente importante para o nosso desenvolvimento. Estamos presenciando esse desmonte, mas vamos continuar resistindo, porque entendemos ser fundamental manter as agências do Banco do Brasil funcionando em todo o País, para nos auxiliar no seu desenvolvimento. Conclamo a todos os parlamentares para que possamos nos somar, neste momento, a fim de impedir o fechamento dessas agências e a fim de alcançarmos mecanismos fortes que garantam o funcionamento do Banco do Brasil. Não podemos concordar com que uma agência do Banco do Brasil seja fechada, como no caso de Campina Verde, sendo que, há um mês, foi inaugurada lá uma agência do BRADESCO. A mesma coisa aconteceu na cidade de Tapagi: anunciado o fechamento da agência do Banco do Brasil, 15 dias depois estavam inaugurando uma agência do BRADESCO. Assim que o Governo começa a fechar agências, os Bancos particulares começam a entrar. Isso ocorreu, também, no caso do CREDIREAL, do BEMGE e de outros. Não podemos concordar, não concordamos e estaremos sempre nesta luta, solidários com todos aqueles que defendem essa instituição extremamente importante.

Gostaria de justificar a ausência do Deputado Almir Cardoso, que é um parlamentar do PT, neste dia nacional de luta, porque desde ontem ele se encontra em Brasília, participando das negociações de comissões parlamentares que estão tentando arranjar uma saída para a situação do Banco do Brasil. O Deputado Almir Cardoso participa dessa luta dos funcionários do Banco do Brasil.

Nós, o Deputado Almir Cardoso, toda a bancada, a Frente, achamos que é fundamental refletir sobre esse desmonte que hoje ocorre no País. Futuramente, pagaremos muito caro, se não tentarmos, agora, achar uma solução viável para este País. Não podemos permitir que se destruam nossas instituições da maneira e na velocidade que estão fazendo. É necessário que reflitamos neste momento difícil que vivemos, para não chegarmos à situação de desespero a que chegou o México e para a qual caminha a Argentina. Espero que não chegue a essa situação. Mas, para isso, é preciso que iniciemos nossa luta agora. É o que estamos fazendo. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente nas galerias, representantes da imprensa, serei breve. Subo a esta tribuna para lamentar o que aconteceu com o Sr. Jair Antunes Barreto, pequeno produtor rural de Conceição das Alagoas, no nosso Estado, que a exemplo do que aconteceu com o empresário do Café Dupim, também suicidou-se, devido à conjuntura adversa que reina na economia deste País, sobretudo para os pequenos empresários. Este homem, num momento de fraqueza, suicidou-se dentro da agência do Banco do Brasil, exatamente por causa do atual sistema de crédito rural brasileiro. Foi um momento de fraqueza, sim, mas gostaria de dizer aos Srs. Deputados que a carga está muito pesada. O Plano Real tem uma característica muito especial. Gostaria que os Deputados refletissem sobre isso. As contas dos cinco planos anteriores tiveram dois pagadores: o trabalhador brasileiro e o produtor rural. Na vigência do Plano Real, houve alguns acertos salariais. De U\$64,00 o salário saltou para U\$70,00 e, depois para R\$100,00. E, diga-se de passagem, o item alimentação está muito barato neste País. Isso, na verdade, é o que está dando sustentação ao Plano Real, e evidentemente às custas do produtor rural, única categoria que está pagando a conta do Plano Real. Chegar, hoje, a um supermercado e comprar 1 kg de frango a R\$0,75, um pacote de arroz, de primeira, de 5 kg por R\$2,50, certamente é o que todo brasileiro urbano está aplaudindo. Só que faço um alerta a esta Casa. O processo de produção deste País está em degradação. No último dia 20, tivemos uma manifestação dos produtores rurais com relação a essa situação adversa. No último dia 4, tivemos uma paralisação, com fechamento das estradas pelos produtores rurais de todo o País, num alerta à comunidade urbana por causa desse processo. Tenho plena convicção de que, se o Governo Estadual, os Governos Municipais e o Governo Federal não tomarem consciência dessa situação e não tomarem uma decisão política, certamente o Plano Real irá para o espaço.

Estamos assistindo, hoje, a indústria de fertilizantes, a indústria de equipamentos agrícolas, a indústria de tratores viverem uma situação realmente difícil. Os pátios de máquinas estão entupidos; as indústrias de insumos para adubo estão com seus barracões cheios; os produtores rurais não compram, porque não têm segurança para investir em suas propriedades. E, a época da decisão está chegando; a época da decisão é agora. Nós podemos passar por uma situação extremamente constrangedora nas próximas safras, de 1995 e 1996, vendo um país continental, como é o nosso, com imenso potencial para produzir alimentos, fibras e energia, ser o primeiro importador de alimentos no mundo. Isso, para nós, será um verdadeiro vexame. Ouvimos o nosso Secretário Alysson Paulinelli dizer que já somos o segundo maior importador de alimentos no mundo e isso é uma vergonha para nós, brasileiros. Estamos correndo o risco de sermos, no ano que vem, o 1º importador mundial de alimentos.

Gostaria, também, de fazer um alerta com relação ao Plano de Estabilização Econômica do Governo, que não está levando em consideração os pequenos empresários, a pequena indústria, o pequeno comércio, o pequeno produtor rural. É bonito falarmos em economia de mercado, em globalização da economia, mas isso, é bom para os países que têm uma economia sólida, que se encontram estabilizados. O Brasil ainda precisa proteger o seu pequeno empresário, porque, caso contrário, o caos poderá ser grande, não só pela perda do nosso Plano Real mas, principalmente, por trazer ao País a intranquilidade social. Muito obrigado.

O Deputado Olinto Godinho - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, senhores e senhoras presentes neste parlamento, neste momento importante por que passa o País, Minas Gerais tem que buscar alternativas visando amenizar a forte recessão que vimos atravessando desde o início de 1990.

A vocação agrícola de nosso Estado é uma realidade incontestável, entretanto, temos perdido ao longo dos anos inúmeras indústrias e agroindústrias em virtude dos atrativos fiscais oferecidos pelos Estados de São Paulo, Goiás, Espírito Santo, Bahia e Paraná, que já possuem seus programas de fomento agroindustrial, que vão desde a concessão de incentivos fiscais e creditícios até o envolvimento pessoal de seus Governadores em atividades de promoção industrial e agroindustrial.

Fatos mais recentes mostraram que o Governo do Estado, procurando o desenvolvimento de Minas, lançou programa que prevê crescimento de 5% de nosso Estado, mas não acredito que possa haver crescimento econômico sem que haja, sobretudo, incentivo à produção.

Protocolamos ontem projeto de lei criando o Programa de Fomento Agroindustrial -

PROFAI -, para investimento em capital fixo, cuja proposta preceitua financiamento do ICMS de acordo com as regiões do Estado, beneficiando mais as regiões cujo aspecto socioeconômico mostre maior carência. Desse modo, a proposta beneficia todo o Estado de Minas. As regiões Norte e Nordeste e dos vales do Jequitinhonha-Mucuri, do rio Doce e do Suaçuí, nas quais o índice de desenvolvimento industrial e agroindustrial é seguramente o menor do Estado, terão financiamento em até 8 anos com percentuais que variam de 30% a 70% do ICMS devido e, ainda, juros que variam de 3% a 5% ao ano, de acordo com a localização territorial do empreendimento.

O PROFAI, cuja criação estamos propondo, será o agente catalisador da expansão e da modernização do nosso parque fabril, gerando novos empregos, incrementando a renda média do trabalhador mineiro, proporcionando aumento significativo na economia mineral e permitindo o crescimento da receita tributária do Estado.

Estamos convencidos dos méritos do projeto de lei ora apresentado, que, certamente, terá a acolhida dos membros desta Casa.

Aproveito ainda para parabenizar o Deputado Anderson Adauto pela bela exposição em favor de que Minas entre na guerra fiscal, para garantir ao povo mineiro oportunidade de emprego e ao poder público as divisas tão necessárias à educação, à saúde, etc. Muito obrigado.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, imprensa. O encaminhamento pela aprovação da Emenda nº 1 é o que já tínhamos falado hoje, pela manhã, mas volto a reafirmar que ela voltou à Comissão de Fiscalização Financeira, por receber emenda em Plenário. A emenda em Plenário é a Emenda nº 2, sobre a qual o Deputado Gilmar Machado vai falar, que estabelece prazo de 12 meses, para não deixar "ad infinitum", por conta do Governador. É uma posição que o Deputado Gilmar Machado vai defender, falando do porquê da oportunidade dessa emenda apresentada em Plenário.

A nossa emenda - como já disse hoje cedo, e estou reafirmando - oportuna, foi discutida na comissão, onde houve entendimento das partes. O relator, Deputado Jorge Hannas, acolheu a nossa proposição, e o Presidente da Comissão, Deputado Geraldo Santanna, também achou que ela era bastante correta no sentido de não fazer retroagir a isenção na correção do índice UPFMG.

Esse imposto, na verdade, é a partir de agosto do ano passado e já deveria estar corrigido. É previsto na Lei nº 224, art. 5º, e o Governador se propôs a não fazer essa correção. O que tínhamos explicitado é que estamos de acordo com isso, mas a partir da publicação desse projeto de lei, e não retroativo a 1994, porque, caso contrário, estará se isentando desse tributo uma série de empresas do ramo de carvoaria.

O volume não é absurdo, mas, pelo cálculo feito em maio, estaria em torno de R\$1.000.000,00 o que deixou de ser recolhido.

O Governo está com um problema: precisa legalizar uma atitude, uma decisão que já tomou por livre arbítrio, ou seja, deixou de fazer essa correção a partir de agosto de 1994, mas agora quer legalizar através de projeto aprovado por essa emenda, de acordo com esses Deputados.

Entendemos que podemos até estar de acordo com a proposição. Primeiramente, porque o teor do projeto está corretíssimo. Já manifestamos a nossa posição, a do PT, que também acha que é uma atitude de competição do Estado de Minas Gerais, ao baixar essa alíquota, para que possa, realmente, competir com os outros Estados na questão do transporte, e, especificamente na do óleo diesel.

Porém, não podemos concordar com dois aspectos: não pode ser retroativa a agosto de 1994, tem de ser a partir da publicação da lei, julho ou agosto deste ano. Em segundo lugar, não podemos dar ao Governo essa autonomia para que ele, indefinidamente, comece a arbitrar. Tem que ser definido um prazo, não por meio de instrução normativa nem de portaria, mas por meio de projeto de lei, ou, na pior das hipóteses, através de decreto, o que não está previsto.

Então, é isso o que propomos: aprovar o projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que o Deputado Gilmar Machado vai defender. Durante a discussão da Emenda nº 1 houve um acordo na comissão. O relator concordou e todos os membros da Comissão também. Agora, parece que querem voltar atrás. Pedimos, portanto, a aprovação do projeto com a Emenda nº 1 e, conseqüentemente, a Emenda nº 2, que o Deputado Gilmar Machado vai discutir. Muito obrigado.

O Deputado Gilmar Machado* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes nas galerias, votamos favoravelmente ao projeto. Gostaríamos de lamentar, mais uma vez, essa votação.

Os Deputados estão demonstrando que, no segundo semestre, teremos dificuldade de trabalhar aqui, na Casa, porque os acordos que estão sendo feitos nas comissões, que eram rigorosamente cumpridos, desde a votação de ontem, já não têm mais valor quando chegam ao Plenário. A partir do segundo semestre, vamos ter um comportamento diferente. A Bancada do PT comunica que todos os acordos com os quais o PT se comprometeu, nesta Casa, ele cumpriu. Cumpriu os assinados, os discutidos com os

Líderes, tanto nas comissões quanto no Plenário.

Assumimos todos os acordos que fizemos, porque, para nós, a palavra ainda vale. Mas, lamentavelmente, as votações, desde ontem, começam a demonstrar que a fala de um Líder já não vale mais como um compromisso assumido. E, isso é perigoso, ruim para o parlamento mineiro. Lamentamos que aquelas pessoas que assumem compromisso - Líderes que vão às comissões fechar acordos conosco - cheguem aqui e façam exatamente o contrário, virando as costas a um acordo assumido.

Teremos que reavaliar a forma de fazer acordos nesta Casa, porque ainda temos três anos e meio pela frente. Não sabemos se o que está escrito estará ou não valendo. Vamos voltar à época do Juruna, que levava gravador para registrar as coisas que as pessoas falavam. Não sei se isso também vai perder o valor.

A Mesa preparou um Código de Ética. Precisamos recuperá-lo, para sabermos, de fato, o que é realmente importante: se aquilo que celebramos, através de palavras, terá valor. Todo evangélico e todo cristão sabe disso: quando se assume um compromisso ou fala algo com uma pessoa, aquilo é mais importante do que qualquer coisa. A verdade tem que prevalecer.

Gostaríamos de pedir que algumas pessoas refletissem, nesse recesso parlamentar, para que no segundo semestre possamos ter uma nova postura, que a ética possa prevalecer.

O Governo está pedindo para retroagir a 1994 as negociações, para ele poder mexer nisso. Tudo bem: está aprovado. Ele quer, então, ficar com esse poder.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 12/7/95, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, e 1.189, de 22/2/95, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato:

nomeando Cláudia Borém Pimenta de Figueiredo para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria, com exercício no gabinete do Deputado Carlos Pimenta, Presidente da Comissão de Saúde e Ação Social.

Termo de Aditamento

(Ampliação)

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Contratada: Chamone Indústria Aeronáutica Ltda.

Objeto: hangaragem e manutenção de um avião.

Dotação orçamentária: 3.1.3.2.

Assinatura: 30/6/95.

Termo de Aditamento

(Ampliação)

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Contratada: Art Portões Automáticos Ltda.

Objeto: manutenção preventiva e corretiva de portões eletrônicos.

Vigência: a partir de 5/7/95.

Dotação orçamentária: 3.1.3.2.

Assinatura: 5/7/95.

EXTRATO DE CONVÊNIO

TERMOS DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E AS ENTIDADES ABAIXO DISCRIMINADAS, CUJO OBJETO É A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO PARA DESPESA DE CAPITAL

CONVÊNIO Nº 00395 - VALOR: R\$28.300,00.

ENTIDADE: FUNDAÇÃO ESC. VIDA EDUC. INTEG. PROM. CULT. MED. ALTERNATIVA - BELO HORIZONTE.

DEPUTADO: WILSON TROPIA.
